

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nome da Unidade Jurisdicionada (UJ): Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Natureza jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Legislativo Estadual

Exercício da Prestação de Contas: 2020

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
LISTA DE GRÁFICOS.....	06
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	07
1.1 Identificação.....	07
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	07
1.3 Informações gerais.....	07
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	09
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	09
3 ÁREA OPERACIONAL.....	14
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s).....	15
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	29
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	29
4.2 Área patrimonial.....	36
5 ÁREA DE PESSOAL.....	44
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	44
6 CONTROLE INTERNO.....	46
7 CONTROLE EXTERNO.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	11
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	11
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	11
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	12
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	12
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	12
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	14
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	14
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	32
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	33
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	33
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	33
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	33
TABELA 14	Convênios de captação	34
TABELA 15	Convênios de repasse.....	34
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	35
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	41
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	41
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	44
TABELA 20	Cargos comissionados.....	45
TABELA 21	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	45

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	07
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	08
QUADRO 3	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s).....	16
QUADRO 4	Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ.....	17
QUADRO 5	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ	18
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ, a cargo <i>da(s) unidade(s) da administração indireta vinculada(s) à UJ, conforme Relatório M&A 100/Fiplan.....</i>	20
QUADRO 7	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ.....	24
QUADRO 8	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	25
QUADRO 9	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa.....	27
QUADRO 10	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	33
QUADRO 11	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	34
QUADRO 12	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	35
QUADRO 13	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	36
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	42
QUADRO 15	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	43
QUADRO 16	Movimentação de pessoal no exercício.....	45
QUADRO 17	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	47
QUADRO 18	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	47
QUADRO 19	Recomendações dos demais órgãos de controle	48

LISTA DE GRÁFICOS

(Não Ocorrência)

GRÁFICO 1

GRÁFICO 2

GRÁFICO 3

GRÁFICO ...

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA

Poder: Legislativo

CNPJ: 14.674.337/0001-99

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Nelson Souza Leal

Período de gestão: 2020 - 2021

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

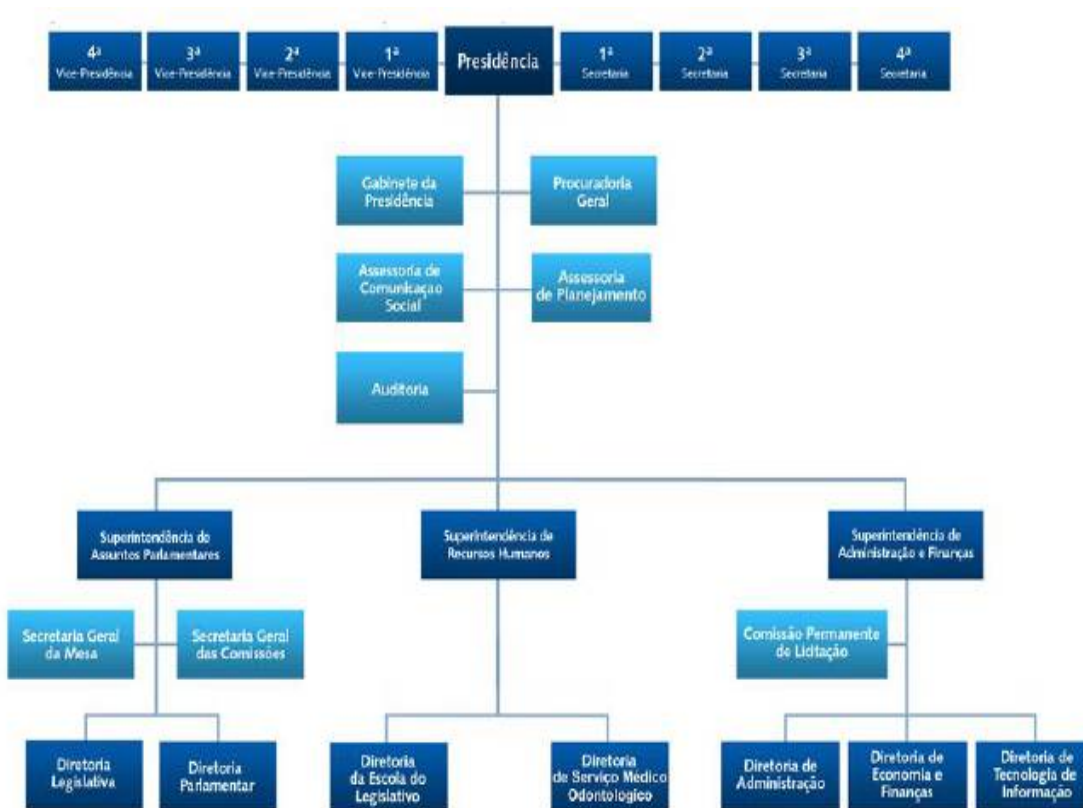
A Assembleia da Bahia tem a função de discutir e produzir leis, fiscalizar o Poder Executivo estadual e representar os interesses dos vários setores da sociedade, intermediando politicamente os conflitos que surgem.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
Constituição Estadual da Bahia	O Estado da Bahia, integrante da República Federativa do Brasil, rege-se por esta Constituição e pelas leis que adotar, nos limites da sua autonomia e do território sob sua jurisdição. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 22, de 28 de dezembro de 2015.
Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985	Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Fonte: ALBA

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da unidade	Finalidades	Competências
Secretaria da Assembleia Legislativa	Zelar pelas prerrogativas, e pelos direitos dos cidadãos. Ordenar e superintender as despesas da administração da Assembleia e praticar os atos de sua competência, inclusive os relativos ao funcionalismo da Assembleia	Legislar e Fiscalizar.

Fonte: ALBA

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - (Processo nº 2020007926 – DEFIN)

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

Para fazer face às despesas que garantem o funcionamento da Assembleia Legislativa da Bahia, a Lei Orçamentaria Anual - LOA para o exercício 2020, foi publicada no D.O.E., de 11/01/2020, Lei nº 14.184, de 10 de janeiro de 2020, que Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020; consignando o valor total de R\$ 694.800.000,00 (seiscentos e noventa e quatro milhões e oitocentos mil reais) na Unidade Orçamentaria 01101- Secretaria da Assembleia Legislativa.

Já no início do exercício, o setor de planejamento apontava uma projeção de déficit na ordem de 60.000.000,00 (sessenta milhões), posto que a execução de 2019 totalizou R\$ 733.640.449,00 (setecentos e trinta e três milhões, seiscentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais) e as despesas com atualizações de custeio, incluindo o crescimento vegetativo da folha representariam 5,5% de acréscimo de despesas em 2020.

Entretanto, a pandemia pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, ocorreu como superveniente, que alterou o funcionamento do Poder Público e conseqüentemente da Assembleia Legislativa da Bahia, que adotou medidas para prevenção à infecção e propagação do coronavírus (COVID-19).

Inicialmente com o Ato da Presidência nº 9.379/2020, ad referendum da Mesa Diretora, e com o agravamento, impôs medidas mais restritivas no funcionamento do órgão, através do Ato da Mesa Diretora nº 9.458/2020, publicado no D.O.E. de 23 de abril de 2020, suspendendo o funcionamento físico, ampliando as medidas de restrição do acesso de servidores e do público externo. Entre outras providências, foram suspensas viagens a serviço e o conseqüente pagamento de diárias a servidores e parlamentares; suspensão dos processos licitatórios e de compras que não se refiram a bens e serviços essenciais à prestação do serviço público; suspensão do transporte de servidores da ALBA e fechamento de dois restaurantes que funcionam na Casa. Foram reavaliados e adequados todos os contratos administrativos, inclusive os de passagens; de materiais para uso em sessões

solenes, aquisição de produtos de gênero alimentício em geral e materiais de consumo, como água mineral, açúcar e café; fornecimento de material de expediente; e o fornecimento de periódicos físicos.

Na área de Recursos Humanos foram suspensos os pagamentos dos adicionais de periculosidade e insalubridade, abono pecuniário decorrente de férias e gratificação por tempo de serviço (GTS), sendo também paralisadas temporariamente as promoções funcionais, designações e substituições de chefia.

Ao orçamento inicial, após incorporação de créditos decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras, transposição de recursos da Fundação Paulo Jackson – (FPJ 01201) e ressarcimentos, foi acrescido o valor de R\$ 3.042.456,00 (três milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais) tendo um total de despesa autorizada de R\$ 697.842.456,00, de R\$ 697.453.613,00 (seiscentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e treze reais).

Do total executado, o Programa 320 Fortalecimento da Ação Legislativa teve uma despesa total de R\$ 340.140.873,00 (trezentos e quarenta milhões, cento e quarenta mil, oitocentos e setenta e três reais); o Programa 500 Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo - R\$ 311.068.015,00 (trezentos e onze milhões, sessenta e oito mil , e quinze reais); e somados com os R\$ 46.244.725,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais) do programa 902 - Operação Especial do Poder Legislativo; compuseram o dispêndio final, por Programas, durante o exercício, na despesa de R\$ 697.453.613,00 (seiscentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e treze reais).

Ressalta-se que a despesa total da Assembleia Legislativa, teve significativa redução em relação ao total executado no exercício de 2019 e em especial ao projetado para o próprio exercício. Esta redução ocorreu em cumprimento das ações de contingenciamento, materializadas pelo Atos da Mesa Diretora, acima aludidos, e da consequente redução das atividades presenciais do Órgão.

A apuração do limite de gasto com pessoal, na forma do art. 20, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o Art. 112 da Lei nº 14.101 de 04 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020, e obtida no Ato nº 11.265/2021 -demonstrativo desta Assembleia Legislativa, disponível na edição Ano V nº 23.078 de 29 de Janeiro de 2021, do diário oficial eletrônico; já incluída a execução da Fundação Paulo Jackson e computados os acréscimos e decréscimos legais, inclusive o aporte financeiro no Regime de Previdência do Servidor Público Estadual; foi apurada despesa de R\$ 601.454.812,47 (seiscentos e hum milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e doze reais e quarenta e sete centavos) que após cotejada com a despesa corrente líquida do Estado da Bahia, alcançou o percentual de 1,59% onde o limite máximo é de 1,92%.

TABELA 1 – Execução da receita (Não se aplica)

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
Total				

Fonte:

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

R\$1,00

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização Concedida
Código	Descrição	Inicial	Atual				
01101	Secretaria da Assembleia Legislativa	694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837	0
Total		694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837	0

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
1	Legislativa	694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837
Total		694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
320	Fortalecimento da Ação legislativa	344.190.000	340.496.882	340.140.873	340.018.924	336.166.330
500	Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	304.610.000	311.100.847	311.068.015	309.884.746	308.763.782
902	Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	46.000.000	46.244.727	46.244.725	46.244.725	46.244.725
Total		694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$1,00

Categoria econômica/ Grupo		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
31	Despesa Corrente/Pessoal e Encargos Sociais	571.685.000	623.403.954	623.403.636	623.247.133	618.850.894
33	Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes	121.865.000	74.082.046	73.987.439	72.838.723	72.261.405
44	Despesa Capital / Investimento	1.250.000	356.456	62.538	62.538	62.538
Total		694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	10.500.000	9.828.513	9.828.511	9.828.511	9.828.511
03	Pensões do RPPS e do Militar	10.500.000	10.637.205	10.637.205	10.637.205	10.637.205
04	Contratação por Tempo Determinado	45.000.000	87.873.500	87.873.441	87.873.441	87.873.441

07	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	3.800.000	4.213.010	4.213.010	4.213.010	4.213.010
08	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	35.000	31.010	31.007	31.007	31.007
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	374.865.000	388.481.885	388.481.885	388.481.885	388.451.885
13	Obrigações Patronais	85.100.000	93.279.093	93.279.083	93.279.083	88.917.597
14	Diárias Civil	6.230.000	2.992.690	2.992.690	2.992.690	2.992.690
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	16.120.000	2.281.052	2.280.806	2.280.806	2.276.052
30	Material de Consumo	2.500.000	940.591	929.344	929.344	805.046
31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	50.000	17.577	17.577	17.577	17.577
32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.000	0	0	0	0
33	Passagens e Despesas com Locomoção	6.820.000	1.238.670	1.238.670	1.195.950	1.194.382
35	Serviços de Consultoria	100.000	0	0	0	0
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	60.000	6.422	6.422	6.422	6.268
37	Locação de Mão-de-Obra	4.000.000	0	0	0	0
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	47.880.000	29.486.943	29.465.421	28.395.875	28.212.983
40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	7.950.000	3.805.005	3.805.004	3.772.932	3.772.932
41	Contribuições	4.500.000	4.373.956	4.373.955	4.373.955	4.373.955
43	Subvenções Sociais	600.000	390.000	390.000	390.000	390.000
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	30.000	3.715	3.715	3.715	3.435
52	Equipamento e Material Permanente	1.250.000	356.456	62.538	62.538	62.538
91	Sentenças Judiciais	1.000.000	0	0	0	0
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	852.073	851.775	851.775	851.775
93	Indenizações e Restituições	41.005.000	30.074.080	30.012.544	30.008.167	29.740.040
94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	24.000.000	25.779.009	25.779.008	25.779.008	25.779.008
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	900.000	900.000	900.000	743.498	743.498
Total		694.800.000	697.842.456	697.453.613	696.148.395	691.174.837

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização recebida
Código	Descrição				
1	Secretaria da Assembleia Legislativa - Executora	697.453.613	696.148.395	691.174.837	5.820.473
Total		697.453.613	696.148.395	691.174.837	5.820.473

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
1	Pessoal e Encargos Sociais	130.686	0	0	130.686
3	Outras Despesas Correntes	721.089	0	0	721.089
4	Investimentos	0	0	0	0
Total		851.775	0	0	851.775

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL - (Processo nº 2020007923 – ASPLAN)

A operacionalização, embora comprometida pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia, foi satisfatoriamente executada e atendidas as expectativas da sociedade baiana. O Programa “Fortalecimento da Ação Legislativa”, apesar de ser a essência da atividade deste poder é de difícil mensuração, posto que a eficiência e eficácia da ação legislativa não pode ser avaliada de forma quantitativa. O Legislativo tem como principais responsabilidades elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração direta e indireta, recebendo a delegação da representação popular para fazer as leis, seja propondo, seja votando propostas vindas dos outros poderes e da própria sociedade, além de exercer outras tarefas constitucionais, como a apresentação pública de assuntos de interesse dos cidadãos, proporcionando o debate e a adequação ao interesse geral, regulando as

relações entre os cidadãos e a relação destes como o Estado. Do ponto de vista qualitativo, o Programa seguiu cumprindo sua finalidade proporcionando a melhoria na relação entre Estado e sociedade, com destaque para as ações de mitigação dos efeitos econômico e social, decorrentes das ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, agravadas pelas restrições impostas à atividade econômica, pela queda na renda das famílias e pelos adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais com repercussões, não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores - (Não se aplica)

QUADRO 3 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s) (Não se aplica)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2020-2023)
				1º ano (2020)	2º ano (2021)	3º ano (2022)	4º ano (2023)	
Programa								
Programa								

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

QUADRO 4 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ (Não se aplica)

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido			
				1º ano (2020)	2º ano (2021)	3º ano (2022)	4º ano (2023)
Programa							
Programa							

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.

3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos (Não se aplica)

QUADRO 5 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade direta da UJ (Não se aplica)

Programa:																
Compromisso:																
Meta:																
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)			2º ano (2021)			3º ano (2022)			4º ano (2023)			PPA (2020-2023)		
		Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado		Apurado no quadriênio
		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado	
Meta:																
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)			2º ano (2021)			3º ano (2022)			4º ano (2023)			PPA (2020-2023)		
		Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado		Apurado no quadriênio
		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado	
Compromisso:																
Meta:																

Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)			2º ano (2021)			3º ano (2022)			4º ano (2023)			PPA (2020-2023)		
		Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado		Apurado no quadriênio
		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado	
Programa:																
Compromisso:																
Meta:																
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)			2º ano (2021)			3º ano (2022)			4º ano (2023)			PPA (2020-2023)		
		Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado ⁽²⁾		Apurado	Planejado		Apurado no quadriênio
		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado		PPA	Revisado	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde à área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias - (Processo nº 2020007923 – ASPLAN)

Apesar da atipicidade do exercício o Poder Legislativo, pelas ações do colegiado da Assembleia Legislativa da Bahia, procedeu as iniciativas que proporcionaram entregas de seus compromissos estabelecidos nos instrumentos de planejamento com efetividade. Nesse período, em plenário.

Considerando-se o biênio, a Assembleia Legislativa da Bahia apreciou 3.583 proposições. Com uma postura suprapartidária, os deputados realizaram 118 sessões ordinárias, 68 sessões extraordinárias, 104 sessões especiais, 4 solenes e 2 preparatórias. Além disso, apreciaram 61 projetos de lei de autoria do Poder Executivo, sendo duas de lei complementar; 3 provenientes do Ministério Público (MP-BA), 2 do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e 146 de iniciativa parlamentar. Foram votados 416 decretos legislativos por calamidade pública e 102 projetos de resolução. Ao todo, cinco mensagens foram transmitidas nas sessões ao longo do período. Acerca da apreciação por parte da Mesa Diretora, foram 1.393 indicações e 1.319 moções.

O comprometimento dos deputados baianos com a população, sobretudo, em um momento de pandemia foi reafirmado mais uma vez com a renúncia do recesso parlamentar de julho de 2020 e janeiro de 2021. A ALBA permaneceu em atividade durante todo o ano e chegou a realizar sessões extraordinárias sábados, domingos e feriados.

Novos sistemas passaram a incorporar o contexto digital da ALBA. Entre eles, destacam-se o Serviço de Assinatura e Certificação Digital, o ProcDigital, o novo Sistema de e-mail Institucional, o ProcLegis e o Paperless. As inovações tiveram ainda mais celeridade em 2020, devido a uma necessidade imediata de adaptação provocada pela pandemia do coronavírus. Foi implantado o funcionamento virtual do plenário, computação de votos, abertura de canais para todos se pronunciarem, protocolo e outros detalhes inerentes e indispensáveis às votações virtuais.

Componente integrante do Paperless Leg, também desenvolvido pela ALBA, o ProcLegis simboliza o êxito da gestão. Com o ProcLegis em funcionamento, a expectativa da gestão atual é de uma economia de até R\$ 2 milhões por ano nas contas da ALBA, além da melhoria no fluxo das proposições entre os departamentos e na transparência da tramitação dos projetos à sociedade. A ferramenta extingue, na circulação das proposições parlamentares, a utilização de papel. Da criação da proposição, no gabinete do parlamentar, até a votação no plenário, ela tramitará de forma 100% digital. Outro ponto positivo é a organização. O sistema possibilitará o acesso simultâneo dos deputados à demanda proposta, sem que para isso centenas de cópias tenham que ser feitas, bem como poderá ser útil para que não haja repetição de proposições.

Outro sistema destaque em relação a modernização da ALBA é o PaperLess, ferramenta responsável pela tramitação dos processos virtuais. Entre as vantagens da plataforma estão a facilitação e o acompanhamento do trâmite de processos entre órgãos, setores e pessoas; a possibilidade de certificação digital; a agilidade na comunicação entre os envolvidos no processo; e a diminuição do volume de papéis. Juntos, ProcLegis e PaperLess são fundamentais para o êxito do programa “Papel Zero”, acelerado nos últimos dois anos.

A veiculação de informações via TV Assembleia em canais de três operadoras de TV a cabo, um canal aberto digital e a transmissão via sinal digital de satélite é acessível em todo território nacional. Os programas de rádio com alcance nas mais longínquas comunidades baianas, complementada pela ampliação da rede de internet representam o núcleo da rede de interatividade com a população baiana. A Rádio ALBA, mais um meio de comunicação que passou a integrar a Rede ALBA, segue completa com programação na TV e na Rádio, juntas na disseminação de informações culturais, sociais e conteúdos políticos. O aplicativo da Rádio já continua disponibilizado nas plataformas digitais e os ouvintes já podem acessá-lo livremente ou ouvir diretamente no endereço eletrônico www.radioalba.org.br.

Por meio do “Aplicativo ALBA”, o cidadão poderá acessar diretamente nos seus smartphone Android ou IOS, notícias, proposições em tramitação, todo o acervo da Alba Cultural, lista telefônica com os contatos dos gabinetes, entre outras

informações. O usuário pode também acompanhar o trabalho dos deputados na Casa, e os debates realizados pelos parlamentares no plenário, comissões e em audiências públicas. O novo software representa mais uma adequação do Poder Público às tendências tecnológicas da atualidade, somando-se a outras medidas implantadas anteriormente que visam substituir a utilização de papel – resultando numa economia anual superior a R\$1,5 milhão e conferindo maior celeridade, confiabilidade e transparência a todo o processo administrativo e legislativo da ALBA. Um convênio de cooperação técnica firmado entre a ALBA e o Tribunal de Contas do Estado (TCE), oficializou-se a transferência de tecnologia – sem qualquer custo – para esse programa, “papel zero”. A economia vem da eliminação do uso de papéis, tintas de impressora e aluguel de equipamentos para impressão.

Além disso, o acesso ao Portal www.alba.ba.gov.br, possibilita consultas ao Diário do Legislativo e aos sites institucionais do Estado da Bahia, da União, do Congresso Nacional, de municípios baianos e de outras Casas Legislativas do País, facilitando o acesso aos órgãos da Administração Pública e aos sistemas de normas federais e estaduais. Existem três canais de comunicação: Ouvidoria Parlamentar - canal de comunicação direta com o Ouvidor Parlamentar para registrar alguma solicitação, dúvida ou reclamação formal; fale com o Deputado e Portal Transparecia.

QUADRO 7 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ (Não se aplica)

Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso ⁽¹⁾ :	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição

Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2020-2023 – M&A 004.

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade.

QUADRO 8 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ

Unidade Orçamentária (UO): <i>Secretaria da Assembleia Legislativa - 01101</i>	
Programa: Fortalecimento da Ação Legislativa	Código: 320
Compromisso⁽¹⁾: Prover o exercício da ação legislativa, na apreciação de proposições em geral, na fiscalização e no controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público; e o desempenho das demais prerrogativas legais e regimentais	
Iniciativa: Prover o exercício do mandato parlamentar	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
6246	Gestão do Exercício da Ação Legislativa
6974	Administração de Pessoal e Encargos no Exercício da Ação Legislativa
Compromisso: Prover o exercício do mandato parlamentar	
Iniciativa: Assegurar o cumprimento dos serviços da ação legislativa	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
4405	Apoio Assistencial a Entidade Social
Compromisso: Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa	
Iniciativa: Apoiar entidades sociais de utilidade pública	

Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5060	Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo
Compromisso: Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa	
Iniciativa: Aparelhar as unidades do Órgão	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5541	Capacitação de Agente Público da Assembleia Legislativa
Compromisso: Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa	
Iniciativa: Realizar eventos de capacitação para agentes públicos	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7167	Desenvolvimento do Sistema de Informação da Assembleia Legislativa
Compromisso: Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa	
Iniciativa: Desenvolver soluções de tecnologia da informação	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7166	Reforma de Instalação Física da Assembleia Legislativa
Compromisso: Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa	
Iniciativa: Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
2050	Publicidade Institucional
Compromisso: Otimizar o sistema de comunicação da Assembleia Legislativa	
Iniciativa: Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação da Assembleia Legislativa	

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2020007923

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ.

QUADRO 9 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO): 01101 - Secretaria da Assembleia Legislativa											
Programa: 320 - Fortalecimento da Ação Legislativa											
Compromisso: Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público, interagir com a sociedade e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 001- Superintendência de Recursos Humanos											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
6974.9900 Administração de Pessoal e Encargos no Exercício da Ação Legislativa	0769-Serviço finalístico remunerado	unidade	1	1	0	1	282.890.000,00	300.634.200,00	300.633.944,74	300.633.944,74	297.081.366,21
Iniciativa(s): Prover o exercício do mandato parlamentar.											
5541.9900 Capacitação de Agente Público da Assembleia Legislativa	1254-Evento de capacitação realizado	unidade	23	23	0	1	100.000,00	6.800,00	6.800,00	6.800,00	6.800,00
Iniciativa(s): Promover eventos de capacitação para agentes públicos.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 002 - Superintendência de Administração e Finanças											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
6246.9900 Gestão do Exercício da Ação Legislativa	1672 - Ação legislativa gerenciada	unidade	1	1	0	1	49.600.000,00	33.173.056,00	33.111.520,39	33.065.119,97	32.796.992,88
Iniciativa(s): Prover o exercício do mandato parlamentar											
7167.9900 Desenvolvimento do Sistema de Informação da Assembleia Legislativa	0096-Sistema de informação desenvolvido	unidade	3	3	0	3	2.000.000,00	177.386,00	177.385,60	177.385,60	177.385,60
Iniciativa(s): Desenvolver soluções tecnológicas para aumentar a eficácia na interatividade e transparência do órgão.											

7166.7800 Reforma de Instalação Física da Assembleia Legislativa	0787- Unidade legislativa reformada	unidade	3	3	0	3	4.000.000,00	1.492.414,00	1.492.114,85	1.416.565,98	1.385.079,92
Iniciativa(s): Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa											
2050.9900 Publicidade Institucional	0062- Publicidade institucional promovida	unidade	3	3	0	3	4.000.000,00	4.266.570,00	4.266.569,39	4.266.569,39	4.266.167,09
Iniciativa(s): Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação do Poder Legislativo											
4405.9900 Apoio Assistencial a Entidade Social	1654 - Apoio assistencial a entidade realizado	unidade	7	7	0	7	600.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00
Iniciativa(s): Apoiar entidades sociais através de convênios											
5060.9900 Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo	2477 - Unidade legislativa aparelhada	unidade	3	3	0	1	1.000.000,00	356.456,00	62.538,42	62.538,42	62.538,42
Iniciativa(s): Aparelhar as unidades do Órgão											

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2020007923

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ - (Processo nº 2020007925 – CPL e Processo nº 2020007928 – DEPCC)

Inicialmente informamos os nomes dos pregoeiros: MARCOS ANTÔNIO CAIRES ARAÚJO, Pregoeiro Oficial designado pelo Ato nº24.199/2005, conforme publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 17 de junho de 2005 e também o Presidente da Comissão Permanente de Licitação designada através do ATO nº10.358/2020, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 06 de outubro de 2020; CAUÊ QUEIROR LEMOS, Pregoeiro Oficial designado pelo Ato nº10.286/2020 publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 15 de setembro de 2020.

Segue abaixo a análise da gestão dos procedimentos administrativos relacionados às Licitações, Dispensas e Inexigibilidades, conforme constam na tabela de composição da prestação de contas, fornecida pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

No exercício de 2020 foram iniciadas 22 (vinte e duas) licitações na modalidade Pregão Presencial, sendo que foram concluídas/homologadas um total de 22 (vinte e duas). O valor total (aproximadamente) desta modalidade licitatória no referido exercício foi de R\$1.294.180,01 (um milhão duzentos e noventa e quatro mil cento e oitenta reais e um centavo).

Insta salientar que 01(uma) licitação desta modalidade (pregão 057) foi iniciada no ano de 2018 e concluída/homologada no exercício de 2020, conforme publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 21 de janeiro de 2020 e 03 (três) foram iniciadas em 2019 (054, 056, 057) e concluída/homologada no exercício de 2020, conforme publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia dos dias 21 a 28 de janeiro deste. Portanto, foram pagas com o orçamento do exercício de 2020, perfazendo o valor de R\$7.597.655,00 (sete milhões quinhentos e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais).

Assim, o valor total referente a modalidade de pregão presencial para o exercício de 2020, incluindo os valores dos pregões de 2018 e 2019 acima citados é de

R\$8.891.835,01 (oito milhões oitocentos e noventa e um mil oitocentos e trinta e cinco reais e um centavo).

Concernente à modalidade Convite/2020, apenas um foi iniciado neste exercício, porém até a presente data não foi concluído.

Quanto à modalidade Tomada de Preços, foram realizadas 03 (três) licitações, sendo que 01 (uma) ainda está em andamento, ou seja, não foi concluída até a presente data. Ressaltando que 03 (três) desta modalidade foram iniciadas no exercício de 2019 e concluídas/homologadas em 2020 perfazendo o quantitativo de 05 (cinco), somando o valor total de R\$1.169.448,38 (um milhão cento e sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos).

O Valor total das licitações concluídas/homologadas nas modalidades Pregão e Tomada de Preços, acima citados é de R\$10.061.283,39 (dez milhões sessenta e um mil duzentos e oitenta três reais e trinta e nove centavos).

Acerca da modalidade Concorrência, apenas uma foi iniciada neste exercício, porém até a presente data não foi concluída.

Importante destacar, que no referido exercício não foi realizado nenhuma licitação na modalidade Concurso.

Por conseguinte, no que se refere às contratações diretas (Dispensas), foram realizadas 38 (trinta e oito) dispensas, totalizando o valor de R\$444.470,53 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos). A dispensa nº006/2020 foi revogada.

Quanto às Inexigibilidades, foram realizadas o quantitativo de 12 (doze), perfazendo um total de R\$577.795,00 (quinhentos e setenta e sete mil setecentos e noventa e cinco reais).

Outrossim, informamos que não houve nenhuma sindicância, inquérito ou processo administrativo durante o exercício de 2020, relativo aos processos e procedimentos realizados pela Comissão Permanente de Licitação desta Casa.

Por fim, ressaltamos ainda, que os processos ocorridos no exercício de 2020, os quais foram relatados aqui na sua integridade, encontram-se à inteira disposição para dirimir qualquer dúvida que porventura ocorrer, bem como, esta Comissão para qualquer esclarecimento.

Quanto às informações concernentes à análise da gestão dos contratos e convênios referentes ao exercício de 2020, passamos a análise dos dados referente às tabelas 10 a 16 e Quadros 10 a 13. Os contratos firmados no exercício de 2020, incluindo outros instrumentos congêneres foram no total de 29 (vinte e nove), sendo o valor contratado atualizado na ordem de R\$ 12.198.212,48 (doze milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e doze reais e quarenta e oito centavos), tendo sido desembolsado nesse exercício o montante de R\$ 1.880.641,91 (um milhão, oitocentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos).

No que tange aos contratos firmados em exercícios anteriores a 2020, incluindo outros instrumentos congêneres, o total foi de 117 (cento e dezessete), sendo o valor contratado atualizado de R\$ 61.269.440,49 (sessenta e um milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos), tendo sido desembolsado no exercício de 2020 o valor de R\$ 27.897.246,03 (vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e três centavos) e o valor total desembolsado de R\$ 123.586.525,62 (cento e vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Em relação aos convênios de repasse não foram firmados novos instrumentos em 2020, abrangendo outros instrumentos congêneres, existindo 41 (quarenta e um) em andamento e 08 (oito) concluído. O valor total conveniado atualizado foi de R\$ 1.681.554,52 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), sendo o desembolso nesse exercício de R\$ 1.865.512,75 (um milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e doze

reais e setenta e cinco centavos), alcançando um montante acumulado de R\$ 6.405.657,61 (seis milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos). Saliento que os valores dos desembolsos foram informados pelo sistema FIPLAN e os valores dos desembolsos acumulados foram obtidos somando-se com os valores de 2018, conforme orientação da DEF.

Cumprе ressaltar o compromisso desta Assembleia Legislativa, através da Diretoria Administrativa em prover uma gestão eficiente, moderna e transparente dos contratos e convênios, com vistas ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite	01				
Tomada de preços	3	3	5	5	1.169.448,38
Concorrência	01				
Pregão Presencial	22	4	26	26	8.891.835,01
Pregão Eletrônico	Não ocorrência				
Concurso	Não ocorrência				
Consulta	Não se aplica				
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	Não se aplica				
Outros ⁽⁴⁾	Pregões Revogados				
Subtotal					10.061.283,39
Contratação direta					
Dispensa	39		38	38	444.470,53
Inexigibilidade	12		12	12	577.795,00
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal					1.022.265,53
Total					11.083.548,92

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – Processo nº 2020007925

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	29	R\$ 12.198.212,48	R\$ 1.880.641,91

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado). Considera-se desembolsado o valor liquidado.

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão	0	0	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado). Considera-se desembolsado o valor liquidado.

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	116	61.269.440,49	27.897.246,03	123.586.525,62

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

⁽²⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão	0	0	0	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

⁽²⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

QUADRO 10 – Tomadas de contas de contratos de gestão

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	0	0	0	0	0	0
Outros Ajustes (5)	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	0	41	8	1.681.554,52	1.865.512,75	6.405.657,61
Outros Ajustes (6)	0	0	0	0	0	0
Total	0	41	8	1.681.554,52	1.865.512,75	6.405.657,61

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Considera-se desembolso o valor liquidado.

(6) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 11 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	0
Em andamento (2)	0
Concluídas (3)	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termos de Fomento	0	0	0	0	0	0
Termos de Colaboração	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Considera-se desembolso o valor liquidado.

QUADRO 12 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 13 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	0	0	0
Processos administrativos disciplinares	0	0	0

Fonte: Departamento de Contratos e Convênios – Processo nº 2020007928

Notas:

(1) Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial - (Processo nº 2020007927 – DEMAP)

Cumprindo a Resolução nº 149, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre normas para prestação de contas pelos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Direta e Indireta Estadual para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, consolidada pela Resolução nº 000087/2020, que modifica a Resolução anterior, a Unidade Jurisdicionada (UJ), Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

Em sua estrutura, a ALBA tem a seguinte unidade administrativa responsável pela área patrimonial: o Departamento de Material e Patrimônio, ao qual compete o Relatório de Gestão.

Subordinam-se formalmente a este departamento três coordenações, sendo: Coordenação de Aquisição, Coordenação de Almoxarifado e Coordenação de Patrimônio. Estas duas últimas são responsáveis e competentes pela disponibilização de informações à Comissão Inventariante para a confecção dos inventários de bens de consumo e de bens permanentes respectivamente. Estes inventários anuais reúnem informações e documentos essenciais, com vistas às Informações Consolidadas da UJ para o cumprimento do dever de prestação de contas para controle externo (TCE).

No rol de responsáveis, a ALBA tem como dirigente máximo o Presidente Deputado Estadual Nelson Souza Leal e compreende os seguintes titulares: o Superintendente Almiro Sacramento da Cunha (Superintendência de Administração e Finanças); o Diretor Elias Nunes Dourado (Diretoria Administrativa); a Gerente Jovina Lúcia

Santos da Silva (Departamento de Material e Patrimônio); o Coordenador Adelson dos Santos Palmeira (Coordenação de Almoxarifado) e o Coordenador Marcos Vinícios Senna Guimarães (Coordenação de Patrimônio).

Em relação à Comissão Inventariante, esta se estabelece pela Portaria nº 0010/2020, conforme o D.O.E., Ano V, nº 23.030, de 18/11/2020 e compõe-se pelos servidores públicos do quadro permanente a seguir: 1) Antônio Sancho Rios Filho, cadastro funcional nº 904.562, lotado no Departamento de Contratos e Convênios; 2) Joselito dos Santos Batista, cadastro funcional nº 213.053, lotado no Coordenação de Protocolo e 3) Naédina Maria Cerqueira de Oliveira e Silva, cadastro funcional nº 227.387, lotada no Departamento de Orçamento e Finanças; sob a presidência do primeiro.

Em relação ao inventário de bens de consumo, as variáveis a seguir são discriminadas: item (código + nome fantasia), descrição do item, unidade, quantidade, custo médio e total. Este inventário foi feito no último dia útil do exercício anual. O Almoxarifado de bens de consumo compreende itens de tipos diversos, como: gêneros alimentícios, copa e cozinha, gráfica, pintura, carpintaria, elétrica, hidráulica, informática, expediente, medicamentos e odontológicos.

A metodologia usada pela Comissão Inventariante para a elaboração do inventário de bens de consumo engloba os procedimentos de visita in loco, análise documental e confronto das informações obtidas com os dados constantes do Sistema de Controle de Estoque Via Intranet – SCEVI. São também realizadas a conferência das validades dos materiais e das quantidades, além da revisão das condições do armazenamento e sua adequação.

Após tais procedimentos, identificou-se a Movimentação de bens de consumo, que começou o exercício 2020, com saldo inicial R\$ 800.313,36 (oitocentos mil, trezentos e treze reais e trinta e seis centavos). As cópias das notas fiscais foram conferidas e estas ratificaram as entradas de produtos na ordem de R\$ 897.496,02 (oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dois centavos).

Tendo em vista a análise dos documentos de saídas, arquivados cotidianamente, verificou-se um total de saídas no montante de R\$ 868.476,96 (oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos). Desta forma, realizou-se o cálculo de saldo inicial mais entradas menos saídas (SALDO INICIAL + ENTRADAS – SAÍDAS = SALDO FINAL), chegando-se ao saldo final R\$ 829.332,42 (oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos). Esta informação foi ratificada e pode ser conferida na página 15 (quinze) do Inventário completo dos bens de consumo e na TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes.

No que se refere às quatro situações investigadas e analisadas sobre os bens de consumo, quais sejam: bens extraviados, bens sem condições de uso, bens obsoletos e bens não localizados, nenhuma irregularidade foi identificada.

Nenhum extravio de bens de consumo foi verificado pela Comissão Inventariante. No tocante a bens sem condição de uso, foram designados três servidores públicos do quadro permanente com vistas à averiguação, junto à Coordenação de Almoxarifado, da existência ou não de bens de consumo sem condições de uso e/ou obsoletos, de acordo com a Portaria nº 0003/2020. Vale ressaltar que, em razão da pandemia e da necessidade de distanciamento social do(a)s servidore(a)s, o processo nº 2020000995 segue em tramitação na ALBA. Com isso, não houve momento oportuno para identificação dos bens de consumo nas condições citadas anteriormente, devido à averiguação não ter sido concluída. Quanto aos bens de consumo existentes no sistema (Sistema de Controle de Estoque Via Intranet – SCEVI) todos foram identificados em estoque, ou seja, não existem bens de consumo não localizados.

Estas situações estão detalhadas no QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.

Com base no exposto, a Comissão Inventariante não apontou irregularidades nem fez quaisquer recomendações de correção de irregularidades para nenhuma das quatro variáveis, tendo apenas sugerido a conclusão do processo o processo nº

2020000995, em momento oportuno, e realização da baixa dos bens de consumo sem condições de uso e/ou obsoletos, de imediato, depois de findado o processo.

Referente aos bens permanentes, para a confecção do inventário de bens permanentes, a metodologia é análoga àquela utilizada na elaboração do inventário de bens de consumo: visita in loco, análise documental e confronto das informações obtidas com os dados constantes do Sistema de Controle Patrimonial Via Intranet – SCPVI. Ademais, as quantidades dos bens permanentes são conferidas e as condições e a adequação do armazenamento em depósitos são revisadas.

Após estes procedimentos, constatou-se a seguinte Movimentação de bens permanentes, que iniciou o exercício 2020, com saldo inicial R\$ 11.528.991,77 (onze milhões, quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos). As cópias das notas fiscais foram avaliadas e estas confirmaram as entradas de bens permanentes na ordem de R\$ 440.802,93 (quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e dois reais e noventa e três centavos). Não houve saídas neste exercício. Portanto, realizou-se o cálculo de saldo inicial mais entradas menos saídas ($SALDO\ INICIAL + ENTRADAS - SAÍDAS = SALDO\ FINAL$), chegando-se ao saldo final R\$ 11.969.794,70 (onze milhões, novecentos e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta centavos). Tal informação foi devidamente confirmada e pode ser observada na página 2 (dois) do Inventário completo dos bens permanentes e na TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes.

Tendo em vista a TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes, o total, correspondente aos bens de consumo mais bens permanentes revela os seguintes somatórios: saldo inicial igual a R\$ 12.329.305,13 (doze milhões, trezentos e vinte e nove mil, trezentos e cinco reais e treze centavos); entradas iguais R\$ 1.338.298,95 (um milhão, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos); saídas iguais R\$ 868.476,96 (oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos) e saldo final igual a R\$ 12.799.127,12 (doze milhões, setecentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais e doze centavos).

Com referência às situações identificadas, todos os bens permanentes que estão lançados no sistema encontram-se nas dependências da Assembleia Legislativa da Bahia, isto é, nenhum bem permanente foi extraviado. Isto significa que todos os bens permanentes foram localizados. Ademais, os bens permanentes verificados estão em condições de uso e não existem bens permanentes obsoletos. Não há, também, a situação de bens sem condições de uso. Desta forma, com base nas quatro situações identificadas, sem qualquer irregularidade, a Comissão Inventariante não procedeu a nenhuma recomendação de correção para a unidade administrativa Coordenação de Patrimônio. Estas situações estão detalhadas no QUADRO 15 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.

Em referência à TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário – a maioria das células desta tabela foram preenchidas com NÃO SE APLICA, por não se aplicar à realidade da ALBA, de acordo com as instruções contidas na CI nº 29/2020, de 23/12/20, Processo nº 2020007927, emitidas pelo Departamento de Contabilidade, excetuando a variável edificação.

Das variáveis solicitadas, quais sejam: terreno, fazenda, edificação, barragem e adutora, somente a variável edificação integra a ALBA. No tocante, especificamente, aos terrenos em que o Poder Legislativo Baiano funciona, há o restaurante e o clube da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa (ASSALBA), sendo que estes pertencem ao Governo do Estado da Bahia, conforme constam, em anexo, as certidões de dados cadastrais utilizados para cálculo do IPTU 2020, sob inscrições imobiliárias abaixo discriminadas:

Inscrição imobiliária nº 932.295-7 (corresponde à Assembleia Legislativa);

Inscrição imobiliária nº 932.296-5 (corresponde ao restaurante);

Inscrição imobiliária nº 179.112-5 (corresponde ao clube).

As seguintes edificações pertencem à Assembleia Legislativa da Bahia: Palácio Dep. Luís Eduardo Magalhães, o Edifício Senador Jutahy Magalhães, o Anexo Barbosa Romeu, composto pelo Edifício Nelson David Ribeiro e pelo Edifício Wilson Lins e o Restaurante (a La Carte).

Entretanto, as edificações construídas num total de 150 m² na Rua da Ilha s/n^o, Itapuã pertencem ao Clube da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa da Bahia – ASSALBA.

Neste relatório, excetuando-se as edificações, não há como informar a movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário em relação as outras variáveis, pois tal patrimônio não se aplica à realidade da ALBA. Conforme as certidões de dados cadastrais, em anexo, elas pertencem ao Governo do Estado da Bahia.

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	800.313,36	897.496,02	868.476,96	829.332,42
Bens permanentes	11.528.991,77	440.802,93	0,00	11.969.794,70
Total	12.329.305,13	1.338.298,95	868.476,96	12.799.127,12

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2020007927

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno	(Não se aplica)						
Fazenda	(Não se aplica)						
Edificação	120.402.670,40	0	0	0	0	0	120.402.670,40
Barragem	(Não se aplica)						
Adutora	(Não se aplica)						
Total	120.402.670,40	0	0	0	0	0	120.402.670,40

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2020007927

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Bens extraviados	Nenhum	<p>A Comissão Inventariante não detectou extravio de bens de consumo.</p> <p>Tendo em vista que não se identificou nenhuma irregularidade no que tange a bens de consumo extraviados, então não foi feita nenhuma recomendação pela Comissão Inventariante.</p>
Bens sem condições de uso	Nenhum	<p>Acerca dos bens sem condição de uso, foram designados três servidores públicos do quadro permanente para averiguarem, junto à Coordenação de Almoxarifado, a existência de bens de consumo sem condições de uso, conforme a Portaria nº 0003/2020.</p> <p>Em função da pandemia e da necessidade de distanciamento social, o processo nº 2020000995 ainda está em tramitação na ALBA.</p> <p>Desta forma, bens de consumo sem condições de uso não foram identificados pela Comissão Inventariante neste momento, pois a averiguação ainda não foi concluída.</p> <p>Assim, considerando-se que há um processo em curso, a recomendação da Comissão Inventariante é no sentido de finalizar o processo, em momento oportuno e realizar a devida baixa dos bens de consumo sem condições de uso, de imediato, após o término do processo.</p>
Bens obsoletos	Nenhum	<p>Sobre bens obsoletos, três servidores públicos do quadro permanente foram designados pela a Portaria nº 0003/2020 para identificarem, junto à Coordenação de Almoxarifado, a existência ou não de tal situação.</p> <p>Tendo em vista a pandemia e a necessidade de distanciamento social, o processo nº 2020000995 segue em curso na ALBA.</p> <p>Desta maneira, bens obsoletos não foram identificados pela Comissão Inventariante neste momento, visto que a averiguação ainda não foi concluída.</p> <p>Então, tendo em vista que há um processo em tramitação, a recomendação feita pela Comissão Inventariante é no sentido de finalização do processo, assim que possível. Além disso, deve ser feita devida baixa dos bens de consumo obsoletos, de imediato, após a conclusão do processo.</p>
Bens não localizados	Nenhum	<p>Todos os bens de consumo que existem no sistema (Sistema de Controle de Estoque Via Intranet – SCEVI) foram encontrados em estoque.</p> <p>Isto significa que não há bens de consumo não localizados.</p> <p>Assim, a Comissão Inventariante não apontou irregularidades e, portanto, não fez quaisquer recomendações de correção de irregularidades.</p>

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2020007927

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 15 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Bens extraviados	Nenhum	<p>A Comissão Inventariante não identificou nenhum bem permanente na condição de extraviado.</p> <p>Com base nisso, não há recomendações para correção de irregularidades, visto que estas não foram apontadas.</p>
Bens sem condições de uso	Nenhum	<p>A Comissão Inventariante não identificou nenhum bem permanente sem condição de uso. Por isso, não houve recomendações para sanar irregularidades, visto que nenhuma irregularidade foi apontada.</p>
Bens obsoletos	Nenhum	<p>A Comissão Inventariante não encontrou bens permanentes obsoletos. Desta maneira, não houve recomendações para correção de irregularidades apontadas, tendo em vista que nenhuma irregularidade foi identificada.</p>
Bens não localizados	Nenhum	<p>Todos os bens permanentes, existentes no sistema (Sistema de Controle Patrimonial Via Intranet – SCPVI) foram identificados nas dependências da ALBA. Isto é: não existem bens permanentes não localizados.</p> <p>A Comissão Inventariante não fez recomendações para normalização, porque não se apontou nenhuma irregularidade no que se refere a bens patrimoniais não localizados.</p>

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2020007927

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL - (Processo nº 2020007929 – SRH)

5.1 Análise da gestão de pessoal

Informamos que na posse de servidores deste Poder, é realizada consulta aos sistemas SIGA, MIRANTE/TCE e também através do Portal de Transparência da União/Poder Executivo, de forma a identificar se o servidor exerce algum cargo público, assim como é exigida a apresentação da CTPS para constatar a existência de vínculo com as instituições privadas. Outro procedimento adotado é a assinatura de termo declaratório da não existência de outro vínculo funcional. Por outro lado, sendo caracterizada a existência de outro vínculo funcional, cuja carga horária seja incompatível com a ALBA, a posse do servidor não é efetivada até que o mesmo apresente documento comprobatório do seu desligamento.

Quanto às alterações no quadro de pessoal, ocorreram novas nomeações de servidores bem como, aposentadorias concedidas. Acrescentamos que não ocorreram sindicâncias, inquéritos ou processos disciplinares no ano 2020.

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS foi entregue em 30/03/2020.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2019	2020
Servidores da UJ		
Efetivos	358	338
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	5	8
Subtotal	363	346
Outros		
REDA	936	1.016
De outros órgãos à disposição da UJ	124	63
Subtotal	1.060	1.079
Total	1.423	1.425

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2020007929

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2019	2020
Com vínculo	7	69
Sem vínculo	2.648	2.345
Total	2.655	2.414

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2020007929

TABELA 21 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2019	2020	
Servidores	431.088.574	388.481.885	-9,88%
REDA	70.743.740	87.873.441	24,21%
Total	501.832.314	476.355.326	-5,08%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2020007926

QUADRO 16 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	534
REDA	204
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	3
Cargo comissionado	653
REDA	104
Disponibilização	
De outros órgãos	105
Para outros órgãos	5
Aposentadoria	10

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2020007929

6 CONTROLE INTERNO - (Processo nº 2020007924 – AUDITORIA)

Inicialmente, deve-se observar que Auditoria Interna é uma atividade independente e isenta, que se propõe a prestar serviços de avaliação e de consultoria, contribuindo de forma incisiva com o aperfeiçoamento das operações organizacionais e do necessário alinhamento entre os diversos órgãos dos Poderes Estaduais.

Desta forma, a atividade auditora propicia à Administração da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a realização plena e adequada das suas atribuições, através de análises, recomendações e comentários objetivos acerca das atividades auditadas, de maneira objetiva e disciplinada para uma melhor eficiência dos processos de gerenciamento de riscos. O que concede a cada análise processual a mais alta confiabilidade.

As metas principais são, assim, a observância das normas internas e externas relativas ao Poder Legislativo para a análise dos processos de sua competência, em especial os de pagamento, onde são verificados quanto a sua regularidade legal.

Somado a análise processual, são construídos Planos de Trabalhos, que têm como objetivos principais aprofundar e aperfeiçoar os entendimentos acerca da aplicação das normas legais nas atividades da ALBA.

Além do mais, como forma de promoção da probidade administrativa, a Auditoria promove o planejamento da modernização dos procedimentos adotados na análise dos processos.

QUADRO 17 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ (Não ocorrência)

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção

Fonte:

Nota:

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 18 – Determinações/recomendações do TCE/BA (Não ocorrência)

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

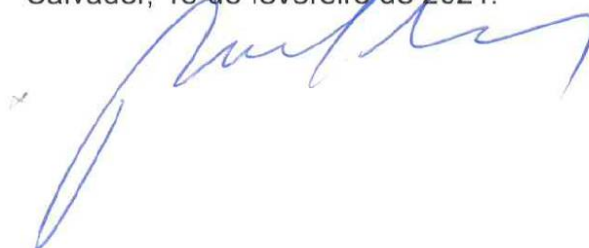
Fonte:

QUADRO 19 – Recomendações dos demais órgãos de controle (Não ocorrência)

Identificação do Relatório (1)	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria			

Fonte:

Salvador, 18 de fevereiro de 2021.



Quadro de Assinaturas

Este documento foi assinado eletronicamente por:

Fabio Jose Almeida Silva Santos
Assistente - Assinado em 23/02/2021



Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: I2MDA5NZQ2